

Por Edna Simão

Estados e municípios correm o risco de ficarem impedidos de receber transferências voluntárias do governo federal e de pegar empréstimos com aval da União

Os Estados e municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que não criarem um regime de previdência complementar até 12 de novembro correm o risco de ficarem impedidos de receber transferências voluntárias do governo federal ou ainda pegar empréstimos com aval do governo.

Atualmente existem 2.155 entes públicos com RPPS, sendo que apenas 24 estão com previdência complementar em funcionamento.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Valor Econômico, em 27.05.2021